



COZINHAS POPULARES:

ORGANIZANDO O POVO PARA O ENFRENTAMENTO À FOME

Como fortalecer a luta por um **Projeto Popular** de país, que tenha como centralidade a garantia da **segurança alimentar** e nutricional do povo brasileiro



APRESENTAÇÃO

A cartilha “**Cozinhas Populares: organizando o povo para o enfrentamento à fome**” é o resultado da reflexão e da sistematização de experiências de Cozinhas Populares, na perspectiva da **luta pela garantia da segurança alimentar** e nutricional do povo brasileiro. Para iniciar a conversa, apresenta-se o contexto de fortalecimento das cozinhas no período da pandemia da Covid-19 no bojo das ações de solidariedade da Campanha Periferia Viva; em seguida, avança-se para os princípios dessa ferramenta e a sua potencialidade como política pública. Por fim, discute-se como montar uma Cozinha Popular e as experiências concretas já desenvolvidas.

Estas reflexões e apontamentos são fruto do esforço da **Rede de Solidariedade Periferia Viva**, uma iniciativa dos movimentos sociais, sindicais, estudantis, do campo e da cidade criada em 2020, durante a pandemia da Covid-19. Trata-se da soma de esforços para **semear valores e práticas de solidariedade** frente à necessidade de isolamento social para conter o avanço do coronavírus. Neste contexto, assumiu-se o caminho da organização coletiva para enfrentar essa realidade e os seus desdobramentos avassaladores na vida do povo das periferias dos centros urbanos. Realizamos ações que iam desde doações de cestas básicas e alimentos da reforma agrária até a criação de uma metodologia de educação popular em saúde e outras áreas, como foi o caso dos Agentes Populares, que atuaram e até hoje atuam em seus territórios.

Combina-se, assim, a tentativa de dar respostas aos problemas concretos com metodologias de participação em uma dimensão ativa, em que pessoas encontraram os seus lugares como sujeitos da história. Isto é parte do compreender da prática da solidariedade como uma **saída para enfrentar o momento político** e a consequente piora nas condições de vida da classe trabalhadora no contexto pandêmico e, principalmente, depois. Afirma-se que a solidariedade faz parte da prática do povo na defesa da sua sobrevivência e por uma vida melhor, que se dá desde o nível local, em uma rua ou bairro, até o nível internacional.

Ao identificar que, no âmbito da segurança alimentar e nutricional, existem desafios enormes colocados, deu-se centralidade à temática com a produção desta cartilha. As experiências sistematizadas em torno da Cozinhas Populares contam com a **participação de movimentos populares urbanos, camponês, sindicais** e que podem ser inspirações para enfrentar os dilemas colocados na atualidade. Queremos que essa cartilha ajude a repensar as práticas de enfrentamento à fome, em uma perspectiva coletiva tal qual as Cozinhas Populares, assim como incentivar novas pessoas a construir tais ferramentas.

É fundamental citar que o projeto “Agentes Populares como estratégia para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis no contexto da pandemia de COVID-19” se desenvolveu através do apoio dos parlamentares Paulo Teixeira (PT-SP), Padre João Siqueira (PT-MG) e Maria do Rosário (PT-RS) e da parceria com a Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz”. A partir destas buscou-se ampliar e consolidar a atuação dos Agentes Populares, desenvolvendo ações territoriais nos eixos de saúde, alimentação e educação, pelos articuladores locais. No âmbito da coordenação política e pedagógica, fortaleceu-se também a **organização através de grupos de trabalho**, com destaque a comunicação e a sistematização das experiências.

A Cooperação Social da Fiocruz, também fundamental ao desenvolvimento das ações, acolheu e qualificou as ações da Rede de Solidariedade Periferia Viva e destaca-se por valorizar os diagnósticos e o conhecimento de atores locais. Apostando na **construção de territórios urbanos saudáveis e sustentáveis** através do estímulo ao protagonismo de grupos locais, enquanto estratégia de sustentabilidade política para o enfrentamento às iniquidades identificados junto a determinação social da saúde. Estes são parte dos resultados do projeto, que envolve a publicação de cartilhas temáticas que contribuam para os trabalhos comunitários desenvolvidos pelos Agentes Populares.

Ao final da cartilha, apresentam-se os caminhos para se desenvolver as Cozinhas Populares, as experiências concretas já trilhadas e algumas conclusões. **Espera-se que se cultive a possibilidade de sonhar, projetar coletivamente e construir outra sociedade**, onde nenhuma pessoa do Brasil passe por qualquer situação de insegurança alimentar e nutricional. Afinal, quem tem fome tem pressa; portanto, devem ser multiplicadas com urgência as experiências de enfrentamento à fome, em especial às que envolvem a organização do povo, como as Cozinhas Populares.

INTRODUÇÃO

Em meio ao período mais crítico da pandemia da Covid-19 - ainda sem acesso às vacinas -, e a necessidade da realização de isolamento social, as **ações solidárias se destacaram e oportunizaram um estreitamento das relações sociais**. Algumas ações iniciaram com a distribuição de refeições para a população em situação de rua e em comunidades urbanas em situação de vulnerabilidade social, passando a se chamar, nesse primeiro momento, de Marmitas Solidárias.

Neste processo, deu-se início a campanha nacional Periferia Viva, construída por movimentos do campo do Projeto Popular, composto pelo Movimento de Trabalhadoras/es Rurais Sem-Terra (MST), Movimento de Trabalhadoras/es por Direitos (MTD), Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres e pelo setor sindical; através da atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); assim como outros setores da igreja em conjunto com diversas organizações sociais e universidades e a partir de **articulações construídas em diversos estados do país**.

Foi através do diálogo estabelecido com a população nas ações de entrega das Marmitas Solidárias nas cidades, como ação emergencial de combate à fome e escoamento da produção do campo para a cidade, que foi possível perceber que as orientações para a prevenção e proteção contra o vírus da Covid-19 não estavam acessíveis para as pessoas de baixa renda naquele momento. A partir dessa percepção começaram a ser construídas experiências em torno da **formação de voluntários, moradores das próprias comunidades beneficiárias das ações**, com o objetivo de socializar as informações sobre os cuidados necessários para evitar o adoecimento e diminuir a disseminação do vírus. A esses agentes locais comunitários deu-se o nome de **Agentes Populares de Saúde**, tendo a primeira experiência de formação ocorrida na cidade do Recife, em Pernambuco.

Neste processo e no mesmo passo, a distribuição de refeições e de alimentos in natura foi se transformando em propostas mais consistentes, como a criação de Bancos Populares de Alimentos, Roçados Solidários e Cozinhas Populares. Essas iniciativas são inspiradas pelo arcabouço da **Educação Popular**, sistematizada pelo educador Paulo Freire, na perspectiva de uma solidariedade ativa e não caritativa, sendo este método parte das referências para a construção e ação dos movimentos sociais que constituem a Campanha Periferia Viva.

A **solidariedade ativa e popular** tem como ponto de partida a ideia de autodeterminação dos povos, ou seja: parte da construção de uma autonomia que gere condições para os povos decidirem sobre as suas vidas e sobre a luta por direitos individuais e coletivos. Elas sinalizam para a construção de um Projeto Popular de país. Com o avanço da precarização da vida no contexto da pandemia, a solidariedade ativa passou a ocupar um lugar central no debate, sendo construída a partir da relação dialógica entre os atores sociais envolvidos nesse processo, a fim compreender as necessidades emergenciais daquele momento, como foi o caso da alimentação emergencial e do acesso a informações básicas para o enfrentamento à pandemia, assim como, a construção de alternativas de médio prazo para enfrentar o contexto pós-pandêmico.

Dessa forma, a solidariedade ativa foi a maneira encontrada para **conectar as populações que vivem no campo e na cidade**, conscientizando a respeito do caminho percorrido pelos alimentos que se transformavam em refeições solidárias. Foi demonstrado para a população urbana brasileira, na prática, que o projeto da reforma agrária popular é fundamental para a sustentabilidade da vida nas cidades, na construção das condições necessárias para retirar o Brasil, novamente, do triste Mapa Mundial da Fome (Organização das Nações Unidas - ONU).

A situação da **fome no Brasil se tornou extremamente preocupante**. Em 2022, o segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer – o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

Diante do contexto alimentar brasileiro apresentado até aqui, se mostrou necessário expandir a formação dos Agentes Populares para além da pauta da saúde, sendo uma ferramenta permanente de organização popular, uma vez que visa desenvolver capacidades novas de respostas coletivas e comunitárias, podendo se adequar a outros contextos e pautas. Dessa forma, os Agentes Populares de Alimentação surgem, da mesma forma que os de Saúde, como uma construção com os sujeitos das próprias comunidades que, através do debate da alimentação coletiva e da necessidade de geração de processos de trabalho e renda, ajudam a **organizar os territórios a partir da pauta da alimentação e da segurança alimentar**.

Ainda no contexto da pauta da alimentação, surge a construção das chamadas Cozinhas Populares que, além da produção de refeições coletivas, se constituem como espaços de defesa dos direitos do povo. Em seu desenvolvimento mostram que **a população é capaz de trazer soluções coletivas para os problemas que impactam as suas vidas**. As cozinhas são uma possibilidade dos movimentos e organizações sociais construírem uma relação permanente de diálogo e confiança através da pauta concreta do combate à fome, organizando grupos locais, que se tornam o centro político e social de suas comunidades.

COZINHA POPULAR: PRINCÍPIOS DE UMA POLÍTICA

Conforme exposto, as Cozinhas Populares são iniciativas organizativas desenvolvidas em comunidades urbanas de diversos estados brasileiros durante a pandemia da Covid-19. Elas nasceram como uma **ferramenta emergencial no combate à fome** e, posteriormente, transformando-se na possibilidade de tornarem-se centros organizativos comunitários; assim como iniciativas de geração de trabalho e renda. Portanto, como ponto de partida, podemos inferir que essa ferramenta tem potencial em se desdobrar de diversas formas, que dependem dos objetivos traçados no plano de construção territorial em curso na comunidade onde o trabalho está sendo realizado.

Trazendo como exemplo prático as experiências desenvolvidas no seio da campanha Periferia Viva, as Cozinhas Populares iniciaram como **espaços de beneficiamento de alimentos** in natura recebidos pelo movimento camponês e por outras organizações componentes da rede de solidariedade ativa, na produção de refeições gratuitas oferecidas às famílias em situação de insegurança alimentar.

O beneficiamento dos alimentos é realizado por um grupo comunitário, geralmente formado por mulheres, onde já existia algum grau de **consciência alimentar** e de conhecimento técnico popular sobre alimentação. No processo de montagem da ferramenta, foram mapeados sujeitos com experiência prévia, tanto em cozinhas profissionais como na produção dos famosos “sopões” nas comunidades - prática recorrente nos bairros periféricos das cidades brasileiras.

É importante ressaltar que no processo de trabalho em torno das Cozinhas Populares observa-se também a **redução da sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres**, já que alimentar a família - tarefa muito atribuída às mulheres na divisão sexual do trabalho - se torna uma função compartilhada comunitariamente, demonstrando a importância da ferramenta como uma forma de aumentar o grau de coletivização das tarefas de cuidado.

Um dos desdobramentos possíveis para essa ferramenta é a possibilidade de se transformar no que chamamos de **Pontos Populares de Trabalho**, que visam a geração de trabalho e renda e, portanto, deslocam o objetivo central do caráter emergencial para um caráter organizativo permanente que tenha sustentabilidade no médio prazo. Esse desdobramento é uma possibilidade para sanar parte dos anseios surgidos nas comunidades na busca pelo empreendedorismo (o qual busca soluções individuais para os problemas sociais coletivos), mas que se transforma em uma experiência de geração de renda pautada pelas relações comunais e coletivas, as quais ajudam a **impulsionar a organização popular**.

Podemos dizer que as experiências das Cozinhas Populares tangenciam muitas outras áreas além da alimentação, o que as colocam ainda mais à disposição para a construção de uma perspectiva popular na criação de políticas públicas para a construção da soberania e segurança alimentar, trazendo um olhar mais contextualizado. Um aspecto que podemos considerar fundamental no êxito dessas experiências é que elas foram paridas em um contexto de crise econômica, social e sanitária agudas. Realidade que demonstra a **alta capacidade técnica e criativa da população e das organizações sociais engajadas** na construção dessas ferramentas e metodologias.

Partindo desses fundamentos, as Cozinhas Populares se estruturam nos seguintes princípios:

Autonomia e organicidade da produção: a comunidade beneficia os alimentos para as refeições para seu próprio consumo e também busca formas de garantir os insumos para a produção por meio de outras iniciativas comunitárias, como Bancos Populares de Alimentos e Hortas Populares Comunitárias, por exemplo. Dessa maneira, coloca em prática a concepção da autonomia do povo diante da tarefa de transformação da realidade.

Política de solidariedade: a produção das refeições tem como objetivo garantir e fortalecer o acesso às refeições e à atuação da cozinha como um todo e ao máximo de pessoas possíveis com gratuidade, desenvolvendo também ações junto a outras comunidades que façam parte da construção dessa rede.

Feminismo popular e anti racismo: assim como as mulheres foram maioria na linha de frente do combate à Covid-19 e também as principais impactadas em vários setores da vida, é perceptível a sua participação mais expressiva no trabalho solidário. Muitas vezes são elas as responsáveis por colocar comida em casa e prepará-la para chegar à mesa das suas famílias. Por essas e outras responsabilidades atribuídas social e estruturalmente a elas, são também as mulheres que melhor conhecem a realidade de suas comunidades. Um outro fator é que, , concentradas nas periferias das cidades e também na agricultura familiar, a maioria dessas mulheres são negras. Por fim, a ferramenta das cozinhas fortalece a compreensão de que é preciso atentar aos atravessamentos de gênero e raça no contexto do combate à fome, garantindo a participação das mulheres negras nos espaços organizativos e coletivizando as tarefas de cuidado, comumente delegadas a estas.

Reforma agrária popular: a cozinha popular é um espaço para se defender a articulação entre o campo e a cidade, para garantir a produção de alimentos saudáveis e a preço justo para toda população oriundos da agricultura familiar e da reforma agrária. Discute-se, a partir da prática, a importância da mudança do modelo de produção de alimentos, que envolve a autonomia da população no acesso aos meios para produzi-los e que promovam sistemas alimentares provenientes da cultura das comunidades, com base na saúde e biodiversidade.

Incidência: por meio do debate sobre o projeto de país que o povo deseja, as sujeitas e os sujeitos políticos participantes podem se fortalecer no lugar de proposição de soluções para reivindicar ao Estado. É necessário sistematizar experiências, abrir portas de diálogo e projetar coletivamente a luta por soberania alimentar.

Permanência: um dos principais problemas experienciados nos trabalhos territoriais e comunitários é a falta de constância nos processos iniciados e, dessa forma, uma resultante falta de sustentabilidade na permanência da organização comunitária, o que fragiliza o avanço da luta por direitos e por dignidade. Dessa forma, as cozinhas são espaços que visam a construção de espaços comunitários com maior permanência, que ultrapassem o caráter emergencial, visando enraizar o processo organizativo.

Organização: derivado do princípio da permanência, visa garantir que o horizonte da organização na luta por direitos é um princípio norteador-base na construção das Cozinhas Populares, objetivando não perder de vista que o horizonte principal aponta para caminhos da construção coletiva por um Projeto Popular de país.

Coletividade: as cozinhas são ferramentas de organização coletiva e comunitária, não devendo tornar-se espaços apropriados por terceiros ou por forças individuais. O combate à fome e a geração de trabalho e renda é uma luta de todos nós, portanto, os preceitos da coletividade devem considerar a participação individual dos sujeitos em consonância com o todo.

COMO MONTAR UMA COZINHA POPULAR

Nesta perspectiva, compreende-se a construção da Cozinha Popular como um método organizativo de sujeitos/as nas periferias dos centros urbanos. Pode ser desenvolvida de diversas formas, seja como a porta de entrada nos territórios ou no enraizamento de **trabalho de base popular** de movimentos comprometidos com a resolução dos problemas concretos que são vivenciados naquele contexto. Diante do exposto até aqui, considera-se que tem grande potencial para organizar pessoas a partir de uma demanda que se vive na pele em cada periferia: a fome.

Compreende-se que **o fenômeno da fome é multideterminado e escancara outros problemas sociais**, como a violência, a miséria, a opressão, desigualdades raciais etc. Inicia-se a organização da ferramenta em torno do combate à fome, mas é possível dialogar sobre outros conflitos que atingem os indivíduos que alcançamos no trabalho territorial. É sabido que tais problemas impactam diretamente a vida das mulheres negras das periferias, que são justamente aquelas que se engajam na construção das cozinhas.

OS PRIMEIROS PASSOS: ORGANICIDADE, ARTICULAÇÕES, RECURSOS E ESPAÇO FÍSICO

A Cozinha Popular é um espaço que vai além da produção de alimentos, abarca os afetos, os diálogos, as trocas, sendo um refúgio na vida dessas mulheres. Portanto, é importante espaço físico coletivo para desenvolver as atividades e os encontros, acolhendo o processo organizativo. Logo, também precisa se desenvolver enquanto um espaço de confiança da comunidade, que seja amplo para a convivência coletiva. O movimento e as organizações sociais devem contribuir para a gestão do espaço, para que garanta a segurança, a adequação sanitária e o caráter político de construção da cozinha.

Em cada território a Cozinha desenvolverá sua organicidade a partir das necessidades locais mas, de forma geral, é importante que se garanta:

- Uma dupla por território, que será responsável pela coordenação da Cozinha, pelas articulações políticas e com a rede de cozinhas locais (se houver). É necessário levar em consideração a paridade de gênero para a identificação dos responsáveis;
- Se houver rede de cozinhas locais, é importante que seja feita uma reunião mensal para que sejam partilhados os aprendizados e as dificuldades, além de outras questões que surgirem, como projetos, agendas de lutas, calendários gerais etc;
- O funcionamento da cozinha deve se dar duas vezes por semana, garantindo um período de almoço e um período da noite, no último vincular a distribuição do alimento com outras atividades de formação, como cineclubes, cursos, reforço escolar, dentre outros;

- O funcionamento da cozinha terá uma escala semanal dos voluntários, prioritariamente de pessoas residentes da comunidade. Em cada dia terão dois voluntários diferentes que irão coordenar a cozinha, ou seja: ficarão responsáveis (1) pela acolhida dos demais voluntários(a)s, (2) pela divisão de tarefas, (3) atualização do estoque e (4) por garantir o processo avaliativo ao final;
- As tarefas gerais da cozinha consistem em lavar e cortar legumes e verduras (02 pessoas), limpeza da cozinha (02 pessoas), montagem das marmitas (04 pessoas), distribuição das refeições (02 pessoas).

Para garantir tais condições estruturais e organizativas é importante que sejam viabilizados os **recursos para a locação, compra ou cessão de uso de um espaço físico nos territórios para a cozinha**. É possível realizar articulações com centros pastorais, associações, espaços culturais, centro de solidariedade. Para garantir os instrumentos e insumos é necessária uma frente de aliados, como os movimentos do campo, destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; da saúde, como a Rede de Médicos e Médicas Populares; sindicatos, como a Central Única dos Trabalhadores; relações com o campo da religiosidade, como os povos de terreiro e religiões cristãs; além das relações institucionais com mandatos populares, parlamentares e centros de distribuição de alimentos.

A partir do espaço físico, precisa-se ter os utensílios básicos e estabelecer um **plano de trabalho com a periodicidade e as demandas das ações a serem desenvolvidas**. É fundamental ter em consideração, que mesmo com o espaço físico, insumos, utensílios, a cozinha só vai existir na medida em que seja formado um grupo comunitário de base que vai desenvolver toda a construção, que deve considerar:

- A equipe de voluntários deve envolver prioritariamente pessoas da própria comunidade, já que o intuito é que este grupo seja um núcleo organizado que se forma técnica e politicamente para outros desafios que virão de luta por direitos no território;

- É necessário articular processos formativos no âmbito técnico e político com apoio de parceiros de instituições formadoras como Institutos Federais, Serviço Social do Comércio (SESC), Universidades e movimentos sociais;
- Como já citado, o público que irá se envolver será majoritariamente de mulheres, em sua maioria negras e muitas vezes, mães-solo. Poderá também ser pensadas formações específicas dos saberes da cozinha, no sentido de geração de renda, além de discussões sobre as questões de raça e gênero;

O horizonte da ferramenta vai sempre no caminho de **estruturação, organização e geração de renda** para que formemos um grupo contínuo de condução da Cozinha Popular. É a multiplicação desse tipo de trabalho que irá acumular **força social e enraizamento dos movimentos** e organizações sociais nas periferias urbanas. O trabalho em rede com outros movimentos, em especial os do campo, e organizações da sociedade civil que permite ao debate alcançar a produção e utilização de alimentos da reforma agrária, orgânicos e o consumo socialmente comprometido.

É sabido que envolver o grupo da cozinha na seleção dos alimentos permite a participação das pessoas do território em todos os processos da construção da cozinha. A permanência da construção da Cozinha Popular exige uma **criatividade contínua na arrecadação de recursos e na própria produção dos alimentos**, contribuindo para a diversificação no acesso e na experiência de trabalho coletivo. São realizadas desde rifas, bingos, festas, venda de comidas, campanhas de arrecadação, prestação de serviços, cursos e outras tão diversas experiências.

Dessa forma, a potencialidade da ferramenta evidencia-se na medida em que se **trabalha diversas dimensões da vida humana a comunitária**. Ela envolve o combate de um problema social enfrentado pelas pessoas, que é a fome, e não apenas a fome física, mas uma fome emocional. Na construção da cozinha são também desenvolvidos vínculos de afeto, de confiança, compartilha-se um projeto coletivo na contramão do individualismo. Nesse sentido, há a dimensão da organização popular, cria-se um grupo engajado nas questões do território que enfrenta, organiza, propõe e se torna protagonista dessa história. Sendo tal coletividade composta majoritariamente por mulheres negras, acrescenta-se ainda a dimensão do **fortalecimento da luta anti-racista, pelo feminismo popular**.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Considera-se importante compartilhar o relato de algumas **experiências de Cozinhas Populares** nos estados do Ceará e de Minas Gerais para compreender como na prática o trabalho da Cozinha Popular foi desenvolvido.

COZINHAS POPULARES - CEARÁ

Em Fortaleza (CE), desde o ano de 2020, a partir das ações de solidariedade dos movimentos populares - **Movimento Brasil Popular e Movimento dos Trabalhadores por Direitos** -, iniciou-se o trabalho com as Cozinhas Populares nos territórios do Bela Vista e do Pici. As ações foram desenvolvidas com uma equipe de voluntários através do funcionamento regular da Cozinha para a produção de alimentos em dias fixos: segunda-feira e domingo. Foi construído um plano de trabalho para avançar para outros territórios a partir das relações e inserções territoriais dos movimentos e da disputa das políticas públicas. Destaca-se aqui o projeto de lei estadual que instituiu o Programa Ceará Sem Fome e criou as Unidades Sociais Produtoras de Refeições no Combate à Fome no estado, que equipará cozinhas com um aporte financeiro para estruturação com itens básicos como fogão, geladeira, utensílios, panelas etc.

O principal fator na identificação dos territórios tem a ver com o potencial organizativo; isto é, nos locais em que é possível desenvolver trabalhos territoriais e comunitários de forma permanente, a partir dos movimentos populares. Para iniciar essas inserções, é necessário um diagnóstico urbano, no qual são identificadas as **lideranças que têm proximidade ou identificação com os movimentos e a organização popular**, os espaços de cultura, como escolas de samba, festas regionais, as praças públicas e os conjuntos habitacionais, onde reside a população.

Há a **combinação entre o trabalho de base do movimento, as políticas públicas do governo e a demanda concreta do povo**, que é a insegurança alimentar e nutricional que assola o Brasil e todos territórios, em maior ou menor grau. Entretanto, o início do trabalho ocorreu de formas diversas nos bairros, por exemplo, no Bela Vista já desenvolveram diretamente a produção dos alimentos, suscitando inúmeras questões relacionadas ao movimento popular, ao debate nutricional e da origem dos alimentos.

No Bela Vista, inicialmente aprofundou-se a reflexão e a formação do porquê na cozinha popular era necessário priorizar aqueles alimentos oriundos da agricultura familiar e da reforma agrária. Também o porquê de relacionar o tema da alimentação saudável, da segurança alimentar e da fome com a distribuição das terras no Brasil, a reforma agrária e com o combate ao uso dos agrotóxicos. Nesse sentido, foi necessário desenvolver formações técnicas e políticas junto a prática da cozinha, para compreender tais temáticas e, principalmente, a relação do trabalho de produção de alimentos na cozinha com a **defesa da reforma agrária** pelos movimentos do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No bairro do Pici inverteu-se o processo, foi iniciado o trabalho da cozinha com duas formações. A primeira sobre o manuseio de alimentos para os voluntários da cozinha que vivem no território, compreenderem os procedimentos de higiene e segurança, como o uso de touca, a limpeza do ambiente e dos alimentos, as noções de uso dos utensílios e equipamentos.

A formação foi essencial, combinada com a apresentação do movimento, dos objetivos e da concepção de cozinha popular, que surge na época da pandemia. Com ela, a cozinha popular revela-se como uma ferramenta para levar a comida de qualidade para o território fazendo um trabalho permanente de debate político, de construção de **iniciativas comunitárias e de organização popular**.

A concepção de **solidariedade é reafirmada em todos os momentos de construção**, é o tempero que viabiliza a cozinha popular, desde a parceria com os movimentos do campo, a articulação com políticas públicas, a construção de uma rede de atores sociais que estão engajados nesse propósito. Desenvolvendo, inclusive entre as duas cozinhas do Pici e do Bela Vista a fundamental noção de parceria e de trabalho comum, quando falta alimento em uma, a outra está de prontidão para ajudar, inclusive ampliando a distribuição de alimentos para outros bairros, rompendo a lógica individualista.

A segunda formação foi pensada para aprofundar a história do **Movimento Brasil Popular**. Surge qual o propósito da organização, os seus fundamentos políticos e organizativos, dando destaque para o que é ser um militante, isto é, o que é participar organicamente de um movimento popular. Apontando para quais são as tarefas e as responsabilidades dessa participação, por exemplo, quais as atividades que são fundamentais a presença, e, ao mesmo tempo, o que é possível construir de retornos para os territórios a partir dessa inserção do movimento; por exemplo, como os profissionais da área da saúde, do direito que são militantes, chegam junto, ajudam a pensar soluções para os problemas do bairro.

A partir desses começos em ambos os bairros, passa-se para a fase de identificar os espaços coletivos do bairro para a cozinha, a partir das parcerias e mapeando os movimentos que podem contribuir com as doações de utensílios. Com o tempo perceberam que é possível começar ocupando lugares de parceiros, mas que para permanecer no território é fundamental ter um espaço próprio da cozinha popular. Pode ser cedido por parceiros para locação, doado ou mapeado os prédios desocupados da prefeitura, que poderiam ser utilizados para desenvolver a proposta. Para tanto, é fundamental a **articulação política institucional**.

O aspecto do financiamento é crucial nesse tipo de trabalho territorial, **a cozinha só se viabiliza com os alimentos, insumos, equipamentos e pessoas** voltadas exclusivamente para tais tarefas. Portanto, é preciso mapear os editais, os projetos e a articulação de emendas parlamentares, já que são as principais fontes para acessar os recursos para esse tipo de iniciativa. Compreende-se que ao consolidar a cozinha, se faz necessário a profissionalização desde a produção do alimento ao financeiro, a comunicação, a coordenação e a gestão.

A **comunicação também merece destaque**, já que envolve visibilizar o trabalho que está sendo construído. A princípio pode ser totalmente realizada por um comunicador ou articulador do próprio território, que consiga fazer os registros das atividades em foto, áudio e vídeo com um equipamento smartphone. Além disso, é necessário ter uma liderança comunitária que esteja à frente do processo, que tenha disposição, disponibilidade e condições financeiras, viabilizadas pelo movimento com uma ajuda de custo, para acompanhar todas as atividades da cozinha. Tais sujeitos nos territórios são as estrelas, tem um brilho no olhar ao desenvolver o trabalho, estão engajadas, encantadas e dispostas a se organizar.

No âmbito da formação, é **fundamental mobilizar um educador popular**, que seja orgânico do movimento, ou seja, que conheça a estratégia e onde se quer chegar, para propor um caminho de formações políticas, pedagógicas e técnicas para cada um dos territórios. É esse sujeito que vai identificar, junto às pessoas do bairro, quais são os principais problemas sociais enfrentados, e articular em rede para responder, conquistar soluções também para o cotidiano.

O movimento popular, neste sentido, vai criando mecanismos para compreender a burocracia do estado e como compartilhar esses aprendizados com os territórios. Mesmo em um contexto político mais favorável para as organizações e movimentos populares, com apoio parlamentar, **é necessário compreender como funciona o recurso público, as políticas e programas**. Ao mesmo tempo, devemos refletir sobre e disputar o tipo de Estado que queremos, ou seja, como forjamos espaços institucionais que de fato sirvam aos interesses das pessoas, dos problemas concretos que são identificados na fase de diagnóstico urbano.

Por meio do trabalho da Cozinha Popular ampliou-se a **discussão desde a construção real da ferramenta nos territórios até o debate do Estado**, das políticas públicas e, por que não do projeto de país? Ao construir o trabalho territorial com tais contornos é possível desenvolver diversas experiências para acumular força social nos bairros. Nos últimos dois anos, em Fortaleza, nos bairros do Bela Vista e do Pici, além da cozinha, foi possível reivindicar a limpeza do canal, a construção de hortas urbanas, realizaram cursos de formação profissionalizantes, que permitiram a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

Nesse sentido, para concluir o relato, ao observar **quem se envolve na construção das cozinhas, em maioria são as mulheres**, que neste trabalho tem conseguido resgatar a autoestima, a capacidade de se sentir útil para a comunidade. Foi ressignificada a relação dessas mulheres da faixa dos 50 a 70 anos com as suas comunidades, alterando o comportamento dessas mulheres nos seus territórios.

No posto de saúde, na farmácia popular, na padaria, nos diversos espaços há uma postura mais ativa, tem um debate político circulando a partir delas, das suas posições. Essa é a principal síntese dessa experiência: compreender que o **movimento popular deve ter esse compromisso no seu trabalho territorial**, tornar os sujeitos ativos na transformação das suas realidades.

COZINHA POPULAR - MINAS GERAIS

Em Belo Horizonte (MG), a **experiência da cozinha popular se desenvolveu na comunidade da Pedreira**, na região central da cidade. É um território marcado pela organização histórica dos moradores, com destaque para a atuação do Movimento dos Trabalhadores por Direitos, que a mais de 10 anos está presente nas lutas do bairro. Assim como em Fortaleza (CE), foi a partir das ações de solidariedade do período da pandemia que iniciou-se o trabalho com a Cozinha Popular, com distribuição de café da manhã (200) às terças-feiras e jantar (160) às quarta-feiras.

O ponto de partida dessa **experiência vem de um processo de luta e mobilização popular que se inicia anos antes**, em parceria com o movimento popular que atua em um ocupação chamada Pátria Livre. Dessa forma, já havia um espaço físico, um histórico de lutas no bairro, um grupo organizado e mobilizado. Na Cozinha Solidária da ocupação são desenvolvidas iniciativas de formação e participação popular com o objetivo de garantir acesso a alimentos saudáveis de pessoas que estão privadas desse direito, além da integração e atuação de voluntários que produzem e distribuem as refeições.

Durante todo o período da pandemia da Covid-19 foram distribuídos mensalmente alimentos e cestas básicas para a população do território, fruto de doações articuladas com sindicatos, movimento camponês e outras organizações sociais que permitiram a regularidade de arrecadação para o combate à fome e à miséria, que atingia (e ainda atinge) as famílias. O grupo de mulheres atuante na ocupação e na cozinha era responsável por organizar as doações, desde a distribuição, a montagem das cestas, o mapeamento das famílias necessitadas e a chamada para o dia de entrega. Tais ações, promovidas pela chamada solidariedade ativa, se tornaram uma das **principais resistências às condições, que estavam submetidas às periferias durante a pandemia.**

No período seguinte, já no ano de 2022, foi desenvolvida a experiência da Padaria Solidária Pátria Livre, com cerca de 12 mulheres do bairro. Nela foi realizada uma formação profissional com um curso de panificação, em parceria com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar. A produção dos pães foi voltada à distribuição para a população em situação de rua, para o consumo das famílias e também na perspectiva da geração de renda. Em conjunto a este processo neste coletivo, se deram debates e **reflexões sobre as políticas públicas de segurança alimentar**, promovidas junto a nutricionistas e profissionais de saúde.

A experiência da padaria congrega a perspectiva de **combate à fome nos territórios e a geração de renda das mulheres** que participam dessa iniciativa, aspectos centrais da ferramenta da Cozinha Popular citados anteriormente. No sentido da articulação foram mobilizados recursos com parceiros para a formação profissional de panificação, para a compra de utensílios e equipamentos, também foi criada uma rede de profissionais da nutrição e de outras áreas da saúde para contribuir com o grupo.

Na combinação das atividades da cozinha e da padaria, foi criada uma atividade permanente intitulada '**Pão e Prosa**', que acontecia na sexta-feira à noite, na qual se combinava a produção de pães e pizzas para as famílias das mulheres que participavam, com formações políticas, rodas de conversas sobre a realidade do Brasil, da comunidade. Nestes momentos incentivava-se a discussão sobre a importância da participação da luta na comunidade por direitos. Com essa experiência percebe-se como **é possível articular as diferentes dimensões da ferramenta da cozinha**, potencializando o seu alcance, enquanto método de organização popular.

CONCLUSÕES

A partir das reflexões, dos aprendizados e das experiências concretas apresentadas nessa cartilha espera-se aprofundar o entendimento sobre o problema da fome no Brasil e as possibilidades de enfrentamento, por meio da organização do povo pelas Cozinhas Populares. Compreende-se que **a questão da fome diz respeito às opções políticas, econômicas e produtivas de quem detém o poder na sociedade**. Mas, o que se defende é que pelas ferramentas de solidariedade ativa, as quais avançam em organização popular nas periferias, sejam alcançadas melhores condições para questionar e enfrentar coletivamente as contradições vividas.

As Cozinhas Populares, assentadas na organização popular, têm como principal objetivo levar a comida de qualidade e sem veneno para as periferias. Articulando tais experiências com as políticas públicas do Estado, seria possível construir um complexo de produção, comercialização, geração de renda, promoção de saúde, formação, cultura, conectando os saberes e práticas do campo e da cidade. Tornariam-se, assim, não apenas um **espaço de resistência, mas também de potencialidade de vida**. É esse o horizonte que é perseguido dia a dia em cada Cozinha Popular.